DESIGUALDADE SOCIAL E CULTURA DIGITAL: LIMITES ESTRUTURAIS DE ACESSO, APROPRIAÇÃO E USO CRÍTICO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Aline Campelo Silva[1]
Rosemara Perpetua Lopes[2]

[1]Universidade Federal de Goiás/ alinecampelo@discente.ufg.br
[2] Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação / rosemaralopes@ufg.br

Resumo:
Este trabalho focaliza a relação entre desigualdade social e cultura digital na educação, a partir de uma perspectiva crítica, considerando que as tecnologias digitais alteram práticas sociais e educacionais, mas seu acesso e apropriação permanecem desiguais. Tem-se como objetivo compreender como as desigualdades sociais interferem no uso reflexivo das tecnologias por estudantes e professores. A fundamentação teórica centra-se no pressuposto freireano de educação como prática da liberdade, a partir da qual se pressupõe a necessidade de superar concepções meramente instrumentais e deterministas da tecnologia, reconhecendo seu caráter histórico, social e político. Metodologicamente, desenvolveu-se um estudo de cunho qualitativo e natureza bibliográfica, com coleta de dados documentais em uma base de dados científicos específica, mediante descritores relacionados à desigualdade social, cultura digital, escola, tecnologias digitais e educação, publicados entre os anos de 2020 e 2026. A discussão evidencia que desigualdades econômicas, culturais e educacionais condicionam o acesso, a conectividade e a apropriação crítica das tecnologias, podendo reproduzir exclusões. Conclui-se que a mediação tecnológica somente contribui para a democratização quando acompanhada de políticas públicas, infraestrutura, valorização docente e formação crítica capazes de enfrentar desigualdades estruturais e promover autonomia.

Palavras-chave: Educação escolar. Tecnologia. Desigualdade.

Introdução

A expansão da cultura digital não ocorre de maneira homogênea, uma vez que as desigualdades sociais condicionam as possibilidades de acesso, apropriação e uso crítico das tecnologias, evidenciando limites estruturais relacionados às condições econômicas, educacionais e culturais dos sujeitos.

Pensar as tecnologias digitais na educação implica superar uma concepção tecnicista, na qual os recursos tecnológicos são compreendidos apenas como instrumentos destinados a facilitar o ensino, para reconhecê-las como elementos inseridos em relações históricas, sociais, culturais e políticas.

Essa perspectiva permite problematizar as condições concretas em que as tecnologias são incorporadas à educação e reconhecer que seu uso não é neutro, pois se articula às relações sociais, políticas e culturais que atravessam a escola e a sociedade (Barreto, 2019).

Partindo desse entendimento, buscou-se compreender como as desigualdades sociais interferem no uso reflexivo das tecnologias por estudantes e professores, sendo este o objetivo que deu margem ao trabalho de pesquisa aqui relatado.

O estudo tem como fundamento teórico o pensamento freireano, particularmente na concepção de educação como prática de liberdade, diálogo e transformação da realidade, entre outros. Essa perspectiva possibilita compreender a educação como processo político e formativo que deve favorecer a leitura crítica do mundo e a atuação consciente dos sujeitos sobre as condições sociais em que estão inseridos (Freire, 2019).

Ao realizá-lo, partiu-se da seguinte questão: como a desigualdade social interfere na construção de uma cultura digital crítica entre estudantes e professores, influenciando o uso crítico-reflexivo das tecnologias digitais na educação?

Metodologia

A pesquisa documental, especificamente, de natureza bibliográfica (Marconi; Lakatos, 2014), teve os dados coletados na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) periódicos, selecionada por sua relevância nos contextos acadêmico e científico. A busca ocorreu em agosto de 2026, por meio dos descritores[1] “desigualdade social”, “cultura digital”, “escola”, “tecnologias digitais” e “educação”, combinados por operadores booleanos, resultou em 97 artigos. A seleção deu-se, primeiramente, pela leitura dos títulos e resumos e, posteriormente, pela leitura do texto completo, adotando-se como critérios de inclusão o alinhamento com o objetivo da pesquisa, bem como a disponibilização de texto completo, em língua portuguesa, na área da Educação. Assim, foram selecionados vinte artigos, publicados entre 2020 e 2026, identificados no Quadro 1.

Quadro 1: Trabalhos selecionados

Título da obra	**Autoria**	**Ano de publicação**	**Local de publicação**	**Enfoque do trabalho**
Em defesa do projeto de formação humana integral	Demerval Saviani	2022	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica	Defende uma formação humana integral voltada à classe trabalhadora, fundamentada na articulação entre conhecimentos científicos, culturais, sociais e políticos. Nessa perspectiva, a educação deve contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, para a compreensão da

[1] Considerou-se outras combinações, como "desigualdade", "tecnologia" e "ensino", no entanto, em função dos limites do estudo e da necessidade de delimitação, optou-se por empregar somente os relatados no texto.

Título da obra	Autoria	Ano de publicação	Local de publicação	Enfoque do trabalho
				realidade social dos sujeitos e emancipação dos trabalhadores.
Neoliberalismo e neoconservadorismo na educação brasileira contemporânea: uma leitura freireana da base nacional comum curricular e do movimento escola sem partido.	Olívia B. S. Fortes	2022	Revista Científica EccoS	A partir da perspectiva freireana, analisa as influências do neoliberalismo na educação brasileira contemporânea, com ênfase em suas manifestações na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no movimento Escola sem Partido.
Qual a função social da escola? Reflexões de nuances sociais e políticos a respeito da instituição escolar	Carla W. do A. Caffagni	2022	Ensaio avaliação e Políticas Públicas em Educação	Discute como a instituição escolar transita entre a reprodução das desigualdades de classes e o potencial de emancipação cidadã.
Desconstrução de preconceitos na escola: o papel das práticas dialógicas	Luciana D. de Paula; Angela U. Branco	2022	Estudos de Psicologia (Campinas)	Aborda preconceitos enfrentados dentro da instituição escolar por meio de práticas dialógicas.
Tecnologias e educação: um caminho em aberto	Nelson de L. Pretto; Maria Helena S. Bonilla	2022	Em Aberto	Discute a relação entre tecnologias e educação, mostrando que essa relação não possui um caminho definido.
Neoliberalismo: escola como reprodutora das desigualdades	Isabella K. S. Firmino	2022	Inter-Ação	Discute a lógica neoliberal e a sua influência na reprodução das desigualdades sociais. Problematiza práticas escolares, critérios de desempenho e diferenças de acesso escolar.
Os sentidos da escola pública para jovens pobres na cidade de Recife	Rubenize M. dos Santos; Maria A. Nascimento; Jaileila de A. Menezes	2022	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales	Analisa como jovens de camadas populares percebem e atribuem significado à escola pública.
Educação com tecnologias digitais na educação básica: reflexões anseios e distâncias pela formação docente	Clodis Boscarioli	2022	Revista de Educação Pública	Discute a relação entre o uso de tecnologias digitais na educação básica e a necessidade de preparar os professores para utilizá-las de forma crítica, considerando as demandas e os desafios do contexto educacional. .
A escola como espaço de participação social e promoção da cidadania: a experiência de construção da participação em um ambiente escolar	Camila Giugliani; Katia T. Cesa; Eliene M. Teixeira L. Flores; Vânia R. de Mello; Patrícia G. Robinson	2020	Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Discute a escola como espaço de participação e práticas participativas que contribuem para o desenvolvimento da autonomia.
Uma análise crítica do papel da escola pública no combate às Fake News	Itamaragiba C. Xavier	2023	Revista HistedBR On-line	Discute a importância da escola pública na formação de estudantes capazes de identificar e questionar informações falsas.

Título da obra	Autoria	Ano de publicação	Local de publicação	Enfoque do trabalho
Tecnologias e educação escolar: a escola pode ser contemporânea do seu tempo?	Irlen A. Gonçalves; Luciano M. de Faria Filho	2021	Revista Educação e Sociedade	Questiona a relação entre escola pública e tecnologias, problematiza, afirmando que não basta inserir recursos tecnológicos, é necessário repensar.
Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos praticando e para quem?	Karina Marcon	2020	Criar Educação	Aborda a adoção emergencial das Tecnologias Digitais de Rede (TDR) como mediadoras dos processos de ensino e aprendizagem durante a pandemia de Covid-19. Nessa perspectiva, destaca o papel do professor responsável por orientar e promover a integração de tecnologias digitais e as práticas pedagógicas.
A prática docente e as tecnologias digitais	Adriana de M. Gonçalves; Roberto Kanaane	2021	Revista Eletrônica Pesquiseduca	Destaca a formação continuada como fundamental para o uso das tecnologias e a construção do conhecimento.
Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs: mediação professor-aluno-conteúdo	Rosângela M. R. Cardoso; Cleide S. T. Araújo; Olira S. Rodrigues	2021	Sociedade de Pesquisa e Desenvolvimento	Discute como as TDIC podem mediar o processo de ensino e aprendizagem e a forma como os recursos digitais são integrados ao processo educativo.
Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre ensino na cultura digital	Achilles A. de Oliveira; Yara F. de Oliveira e Silva	2022	Revista Educação em Questão	Aborda a ação intencional do professor como mediador do processo de ensino e aprendizagem, orientando e estimulando condições para a construção do conhecimento, especialmente sobre a cultura digital e a integração das tecnologias aos processos educativos.
Notas para compreender relações contemporâneas entre tecnologia e educação	Joana Peixoto	2023	Linhas Críticas	Investiga as origens e o sentido da tecnocultura atual para refletir sobre seus impactos nos processos educativos.
Tecnologias digitais e metodologias ativas	Kassiane Agostini; Elisabete Cerutti	2021	Educação, Direito e Sociedade	Aborda como os recursos digitais podem favorecer autonomia, colaboração e participação dos estudantes, quando utilizados de forma crítica.
O uso de tecnologias digitais em educação: caminhos de futuro para uma educação digital	Marcelo Coppi; Isabel Fialho; Marília Cid; Carlinda Leite; Angélica Monteiro	2022	Revista Práxis Educativa	Problematiza o desenvolvimento de competências digitais como o pensamento computacional e a formação ética para o uso consciente, crítico, responsável, técnico e seguro das tecnologias digitais. Nesse sentido, essa formação é consolidada por meio da formação continuada de professores.
A escola na ausência da escola: reflexões das	Isabel de O. Silva; Iza R. da Luz;	2022	Caderno Cedes	Discute o que a escola significou para crianças de oito a 12 anos

Título da obra	Autoria	Ano de publicação	Local de publicação	Enfoque do trabalho
crianças durante a pandemia	Levindo D. Carvalho; Maria C. S. de Gouvêa			quando as aulas presenciais foram suspensas pela Covid-19.
Entre o trabalho e a escola: cursos de vida de jovens pobres	Ana K. Brenner; Paulo C. R. Carrano	2023	Educação e Realidade	A pesquisa estabelece uma articulação entre as trajetórias laborais e escolares dos estudantes quanto a produção de significado, buscando compreender de que forma essas experiências se relacionam com a construção de trajetórias formativas.

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Constatou-se a predominância de pesquisas realizadas na região Sudeste (nove), seguida por Centro-Oeste (quatro), Sul (cinco) e Nordeste (duas). Todas são de natureza qualitativa, seis contêm análise documental, 12 relatam pesquisa bibliográfica, oito apresentam revisão de literatura e três contêm investigação empírica. Do total, 19 artigos priorizam a educação básica e um discute o ensino superior com enfoque na formação de professores. Quanto ao viés epistemológico, 16 artigos apontam o materialismo histórico-dialético, três indicam pressupostos freireanos e um a teoria histórico-crítica. Todos apresentam uma perspectiva crítica sobre acesso desigual à internet, interesses políticos e econômicos vinculados às tecnologias digitais, superação da abordagem instrumental e políticas educacionais centradas na aquisição de equipamentos.

Resultados e discussão

A análise dos vinte artigos selecionados evidencia que as discussões sobre desigualdade social e cultura digital na educação estão fortemente relacionadas às condições concretas de acesso, permanência e participação dos sujeitos nos processos educativos. Os trabalhos apontam que as desigualdades educacionais não podem ser compreendidas de maneira dissociada das condições econômicas, sociais e culturais dos estudantes nas próprias condições de funcionamento da escola. Adicionalmente, problematizam a compreensão da escola como espaço neutro e destacam que as diferenças sociais podem repercutir nas oportunidades de aprendizagem e no acesso aos bens culturais e tecnológicos.

Ademais, observa-se uma preocupação recorrente com políticas educacionais que apresentem as tecnologias como solução para problemas educacionais, sem considerar as condições materiais e pedagógicas necessárias à sua utilização. Pondera-se que a relação entre

educação, desigualdade e tecnologias precisa ser analisada a partir das estruturas sociais que condicionam as experiências escolares e as formas de participação na cultura digital.

Outro aspecto recorrente refere-se às desigualdades de acesso às tecnologias digitais. A análise do *corpus* mostra que a desigualdade digital ultrapassa a indisponibilidade de equipamentos e conexão. As experiências vivenciadas no contexto da pandemia escancararam essas diferenças, sobretudo entre estudantes de grupos socialmente vulnerabilizados para os quais o acesso às atividades escolares mediadas por tecnologias esteve condicionado às condições econômicas e materiais das famílias, confirmando o apontado por Lopes e Coimbra (2023).

Paralelamente, os estudos analisados (Quadro 3) discutem as dificuldades enfrentadas pelos professores diante de tecnologias associadas a exigências institucionais, sobrecarga de trabalho e perspectivas predominantemente instrumentais. Nesse sentido, os resultados permitem compreender que ampliar o acesso às tecnologias não é suficiente para superar a desigualdade digital, sendo necessário considerar condições sociais, educativas e formativas que possibilitem aos sujeitos utilizá-las de maneira significativa e crítica, na direção do que propõe Lopes (2025).

Esse panorama dá margem à discussão a seguir, organizada em torno das categorias (a) desigualdade digital, acesso e condições materiais e (b) apropriação crítica das tecnologias e possibilidades de emancipação.

Desigualdade digital, acesso e condições materiais

A relação entre os professores e as tecnologias é marcada por incompreensões e tensões, com a ressalva de que a adesão varia de uma tecnologia para outra. Em algumas redes de ensino é obrigatória a conferência de frequência e a fiscalização de planos de aula por meios tecnológicos, nesse contexto, o uso da tecnologia deixa de ser visto como uma prática social e começa a funcionar como uma imposição externa, ligada a políticas de responsabilização e avaliação (Saviani, 2022; Seki, 2025).

Para muitos docentes, essa vivência provoca sensações de estranhamento, sobrecarga e desvalorização do trabalho intelectual, o que contribui para uma abordagem instrumental ou defensiva em relação aos recursos digitais. Nesse contexto, a resistência dos professores não representa rejeição a um novo conhecimento, mas uma resposta às estratégias de gestão e controle que vêm junto com a digitalização da educação (Pacheco, 2019). É premente que essa barreira seja quebrada, pois a escola também pode acreditar que todos os alunos, por serem de

uma geração de dispositivos móveis, não, necessariamente, são vítimas das desigualdades sociais que permanecem e se acentuam na cultura digital.

As desigualdades sociais vêm acompanhadas de um discurso utópico de que elas podem ser superadas com o esforço de cada pessoa. Essa questão veicula abismos sociais profundos que não são discutidos, um deles é a tecnologia, pois, apesar do acesso ter aumentado nos últimos anos, os limites ainda persistem (Firmino, 2022). Em um país de contrastes sociais, os meios digitais tornam-se privilégio para alguns e barreira para outros, como observado na pandemia de Covid-19 (Firmino, 2022; Lopes; Coimbra, 2023).

Essa realidade ainda é vivenciada por muitas famílias. Em 2024, 92% dos domicílios contavam com serviço de rede móvel celular, com um a dois dispositivos por família, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2025). Esse número expressivo não significa acesso de qualidade e mediatizado.

Nesse bojo, a formação dos professores constitui uma dimensão fundamental para que a inserção das tecnologias na educação não se restrinja à utilização técnica dos recursos digitais. Segundo Lima e Lopes (2024), esse cenário reforça a necessidade de uma formação continuada voltada à apropriação crítico-reflexiva das tecnologias educacionais, que permita compreender esses recursos em sua relação com os contextos educacionais e sociais aos quais estão circunscritos.

A ausência de um uso crítico da tecnologia está em não percebê-la como um espaço de interesses e um mercado que gera lucro por meio de algoritmos que “capturam” gostos e desejos dos consumidores no cotidiano, pelo uso diário das máquinas digitais. Os dados coletados transformam-se em propagandas direcionadas para produtos e serviços, produzem capital e lucro a grandes empresas privadas. Esse contexto requer que o público-alvo dessas tecnologias tenha uma educação crítica para não se tornar vulnerável a *fake news* e “bolhas de informacionais”, entre outros mecanismos que limitam a visão sobre o consumo digital. A criticidade está na capacidade de questionar as informações e a sua origem (Sayad, 2023; Lopes, 2025).

A escola pública insiste em atribuir as dificuldades e o baixo desempenho escolar, sobretudo das classes populares, a supostas deficiências culturais e familiares, e considerar determinados grupos sociais como portadores de uma “cultura deficiente” ou insuficiente em relação à cultura priorizada na escola (Patto, 2022). Ao considerar apenas a ausência de habilidades individuais, tais interpretações desconsideram que as desigualdades digitais, por exemplo, são produzidas por condições sociais, econômicas, de infraestrutura e políticas.

Dessa forma, a convergência entre a teoria da carência cultural (Patto, 2022) e as tecnologias digitais evidencia a necessidade de superar concepções que naturalizam ou individualizam desigualdades, para reconhecer as que as diferenças no acesso e no uso das tecnologias estão vinculadas às condições históricas e sociais que estruturam a própria desigualdade.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa documental de cunho bibliográfico relatada neste trabalho pressupõem que, enquanto criação humana, a tecnologia não deve servir como mais um instrumento de violação de direitos em um país de desigualdades, como o Brasil, sendo a sua apropriação marcada por assimetrias estruturais que reafirmam os interesses de grupos sociais privilegiados.

De acordo com Patto (2022), onde há relações de poder, existe a possibilidade de questioná-las e transformá-las. A desigualdade social no capitalismo é estrutural, decorre da maneira desigual como o trabalho, a riqueza e o conhecimento são organizados e distribuídos em sociedade, e inclui o digital.

Ao atribuir às classes populares a falta de repertórios culturais, a teoria da carência cultural muda o foco das relações de exploração e dominação para o âmbito individual e familiar. Assim, o fracasso escolar deixa de ser visto como uma manifestação das contradições do sistema capitalista e passa a ser interpretado como resultado de *déficits* culturais de indivíduos subalternizados.

Apesar das políticas públicas educacionais existentes, os debates sobre desigualdades sociais, econômicas e culturais se mantêm necessários. Conforme Patto (2022), não se trata de promover uma sociedade na qual as desigualdades não existam, mas sejam minimizadas. A transição da desigualdade social típica do modo de produção capitalista ocorre por meio da conversão das desigualdades sociais em desigualdades raciais, culturais ou individuais e, inclusive, digitais. Essa conversão sugere que a democratização do acesso não é suficiente para combater condições desiguais de apropriação do conhecimento sobre os recursos disponíveis.

Quando não há condições materiais, formativas e pedagógicas para a apropriação crítica do digital na educação, a mediação tecnológica[2] tende a acentuar desigualdades. A desigualdade de acesso, a fragilidade da infraestrutura escolar e a falta de formação docente há

[2] Atribui-se aos termos “mediação tecnológica” o significado de elementos específicos que colocam em relação partes de um mesmo processo, interferindo em seus resultados.

tempos apontadas no campo científico (Lopes; Fürkotter, 2022) restringem as oportunidades de envolvimento de alunos e professores e transformam a referida mediação em um fator de exclusão, ao invés de um instrumento de democratização. Para Gonçalves e Faria Filho (2021), é necessário ir além da incorporação dos recursos, questionando seus sentidos, usos e implicações no contexto educacional. Nesse viés, tornar a escola contemporânea de seu tempo não significa apenas equipá-la tecnologicamente, mas repensar as práticas pedagógicas e as próprias relações estabelecidas com as tecnologias, considerando as condições concretas dos estudantes e professores.

A incorporação acrítica do digital na educação pode reforçar lógicas instrumentais e empresariais, esvaziando o potencial emancipatório das tecnologias. Do mesmo modo, a centralidade conferida à eficiência, à inovação e ao desempenho sem o devido enfrentamento das desigualdades sociais contribui para a naturalização de exclusões e a responsabilização individual dos sujeitos por fracassos que são estruturalmente produzidos.

Políticas educacionais que concebem a igualdade como um princípio formal, ao invés de condição material concreta, tendem a tratar o acesso às tecnologias como uma solução em si, ignorando as condições sociais, culturais e institucionais que influenciam a apropriação dos recursos digitais. Essa visão atualiza no âmbito tecnológico a antiga lógica da necessidade, reconfigurada como necessidade digital (Barreto, 2015).

Considerar a educação e suas mediações envolve entender que nenhuma tecnologia é neutra, mas inserida em dinâmicas de poder. Para construir uma educação crítica, é necessário investir em recursos públicos, valorizar o trabalho docente e oferecer uma formação que permita a estudantes e professores entender e questionar os aspectos sociais, políticos e ideológicos da mediação tecnológica no processo educativo. Quando guiada por um projeto educacional pautado na criticidade, na autonomia e na ética , a mediação tecnológica tem o potencial de expandir as oportunidades de comunicação e criação de conhecimentos. De outro modo, tende a replicar as contradições históricas da escola, transpondo-as ao digital.

Termos de uso de Inteligência Artificial Generativa

As autoras declaram que não foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial Generativa na elaboração deste texto. Todo o conteúdo, da estruturação à escrita e revisão, é produção humana. Assim, assume-se total responsabilidade pelo exposto.

Agência de fomento

Trabalho realizado com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001 - art. 1º da Portaria n.º 206, de 4 de setembro de 2018.

Referências

BARRETO, R. G. Discursos sobre a inclusão digital. **Educação**, v. 38, n. 3, p. 319-328, 2015. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/21771. Acesso em: 18 ago. 2026.

BARRETO, R. G. Tecnologias na educação brasileira: de contexto em contexto. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 43, p. 218-234, 2019. Disponível em: http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/6002/47965991. Acesso em: 17 ago. 2026.

FIRMINO, I. K. S. Neoliberalismo: escola como reprodutora das desigualdades. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 1, p. 218-233, 2022. DOI: 10.5216/ia.v47i1.70661. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/70661. Acesso em: 16 ago. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GONÇALVES, I. A.; FARIA FILHO, L. M. Tecnologias e educação escolar: a escola pode ser contemporânea do seu tempo? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e252589, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.252589. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/68b865f0-7707-4472-aa9d-5de441d80fb3. Acesso em: 17 ago. 2026.

IBGE. Internet chega a 74,9 milhões de domicílios do país em 2024. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 24 jul. 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44031-internet-chega-a-74-9-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2024. Acesso em: 17 ago. 2026.

LIMA, D. da C. B. P; LOPES, R. P. (orgs.). **Formação continuada de professores para apropriação crítico-reflexiva de tecnologias na educação básica**. Goiânia: Cegraf, UFG, 2024. Disponível em: https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/book/560. Acesso em: 22 ago. 2026.

LOPES, R. P.; COIMBRA, F. R. Trabalho pedagógico com TDIC na educação básica de Goiás durante a suspensão das aulas presenciais na pandemia de Covid-19. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 3, p. 1248-1269, 2023. DOI: 10.5216/ia.v47i3.72873. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/72873. Acesso em: 25 set. 2026.

LOPES, R. P. Elementos para uma apropriação crítico-propositiva dos meios digitais na educação. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 17, 2025, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR, 2025. p. 4619-4629. Disponível em: https://eventum.pucpr.br/files/1786992166130c35e7cf5-bdcb-46dc-8bb3-f417e3977c66. Acesso em: 25 set. 2026.

LOPES, R. P.; FÜRKOTTER, M. Tecnologias móveis: do possível ao realizável na educação. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 16, p. e4359007, 2022. DOI: 10.14244/198271994359. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4359. Acesso em: 19 ago. 2026.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

PACHECO, M. L. da S. **O não-lugar da tecnologia na aula**: investigação sobre a integração das TIC às unidades escolares da CRE/Jataí. Orientadora: Rosemara Perpetua Lopes. 2019. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí, Jataí, 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/421/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o_M%C3%A1rcia_Le%C3%A3o_da_Silva_Pacheco.pdf. Acesso em: 17 ago. 2026.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 8. ed. São Paulo: Intermeios, 2022.

SAVIANI, D. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 22, p. E13666, mar. 2022. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666. Acesso em: 16 ago. 2026.

SAYAD, A. L. V. **Inteligência Artificial e pensamento crítico**: caminhos para a educação midiática. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2023. Disponível em: https://www.palavraaberta.org.br/docs/01-Palavra-Aberta-A-inteligencia-artificial-DIGITAL.pdf. Acesso em: 25 set. 2026.

SEKI, A. K. Educação digital e reconfiguração do trabalho docente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 46, e288714, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/7Vdn3TMZFLWvyPZBdWBPn6z/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 ago. 2026.